

## Nota de Imprensa n.º 3

23/03/2026

### Conclusões do estudo sobre Modelos de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado em Portugal (MAASIP)

O Estudo sobre Modelos de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado em Portugal (projeto MAASIP), financiado ao abrigo do concurso Science4Policy 2024, surgiu de uma necessidade identificada pelo PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

Este Estudo foi desenvolvido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, em colaboração com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e com o Instituto da Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP), entre dezembro de 2024 e março de 2026.

O estudo procedeu ao levantamento, sistematização e análise das experiências nacionais de atendimento e acompanhamento social integrado, num contexto de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social.

Dessa forma, pretendeu também apoiar a tomada de decisão quanto à adoção de modelos de atendimento e de acompanhamento social integrado, em contextos municipais, bem como contribuir para o desenho e implementação de novas medidas.

Aquando da transferência de competências da Ação Social para o nível municipal, em mais de uma centena de concelhos já estava implementado um modelo de organização do atendimento e acompanhamento social que podia ser designado como “Atendimento Integrado” (AI). A maioria destas iniciativas foi desenvolvida por (ou em articulação com) municípios, resultando não apenas do empenho das e dos profissionais, mas também de um compromisso político assumido ao nível local.

A transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social afigura-se como um importante fator impulsionador do AI, uma vez que esta prática se encontrará atualmente em curso em, pelo menos, 180 municípios.

Para além disso, a transferência de competências introduziu alterações no modelo de AI em cerca de dois em cada três municípios onde este estava a ser implementado. A principal – e a mais óbvia – é o facto de os municípios passarem a assumir um maior protagonismo; mas

#### Parceria



também o aumento da capacidade para se realizar um trabalho multidisciplinar; a possibilidade de haver gestor/a de caso e o aumento da capacidade para haver uma discussão de casos com outras entidades.

As experiências atuais de AI definem-se, na perspetiva dos municípios que as promovem, entre outros aspetos, pelo facto de todos os processos terem um/a técnico/a gestor/a de caso, que centraliza toda a informação dos processos que gere, fazendo a negociação do plano de intervenção com a pessoa/família e avaliando o cumprimento e a atualização desse plano. Definem-se também pela discussão de casos com diferentes profissionais das entidades parceiras que atribuem respostas às pessoas/famílias beneficiárias do atendimento e acompanhamento social; bem como pela existência de uma rede – tanto formal, como informal – de entidades que gerem respostas que são essenciais para a inserção social das pessoas/famílias mais desfavorecidas.

Os resultados do estudo MAASIP evidenciam a necessidade de um aprofundamento renovado das experiências de atendimento e acompanhamento social integrado desenvolvidas. Estes resultados, aliados à dinâmica participativa que envolveu a auscultação de diversos municípios e das respetivas e dos respetivos profissionais, sustentaram a formulação de recomendações dirigidas a municípios, ao Instituto da Segurança Social, I.P. e à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Estas recomendações constam do *policy brief* produzido no âmbito do projeto que, em conjunto com as principais conclusões do estudo, será objeto de apresentação no Seminário Final do Projeto MAASIP, que terá lugar *online*, através da plataforma Zoom, no dia 24 de março de 2026, a partir das 10h.

Mais informação sobre este evento pode ser consultada no *website* do CESIS (<https://www.cesis.org/pt/noticia/674/cesis-promove-seminario-final-do-estudo-maasip-sobre-modelos-de-atendimento-e-acompanhamento-social-integrado/>).

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do concurso Science4Policy 2024 (S4P-24), o concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P. e financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

*This work has been developed under the Science4Policy 2024 (S4P-24), an annual Science for Policy Project call, an initiative promoted by Centre for Planning and Evaluation of Public Policies in partnership with the Foundation for Science and Technology, financed by Portugal's Recovery and Resilience Plan.*